

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| <i>Siglas e Abreviaturas Utilizadas nesta Obra</i> | 39 |
| <i>Notas Explicativas e Agradecimentos</i> | 41 |
| <i>Considerações sobre a 2ª Edição</i> | 45 |

PARTE I – ASPECTOS GERAIS DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

INTRODUÇÃO GERAL **PONTOS FUNDAMENTAIS** **DA TEORIA GERAL DAS SOCIEDADES**

| | |
|---|----|
| <i>Capítulo 1 – ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS SOCIEDADES POR AÇÕES. NOVIDADES NO DIREITO COMPARADO</i> | 49 |
| <i>1.1 AS COMPANHIAS HOLANDESES E SUAS CARACTERÍSTICAS</i> | 53 |
| <i>1.2 AS COMPANHIAS NO CÓDIGO DE COMÉRCIO FRANCÊS DE 1807</i> | 55 |
| <i>1.3 O TRATAMENTO DA SOCIEDADE ANÔNIMA DO CÓDIGO COMERCIAL BRASILEIRO</i> | 56 |
| <i>1.4 A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE A SOCIEDADE ANÔNIMA NO BRASIL. OS EFEITOS DO ENCILHAMENTO E SUAS LIÇÕES</i> | 58 |
| <i>1.5 A LEI VIGENTE. CONTINGÊNCIAS DO SEU NASCIMENTO, SEU ESPÍRITO E SUAS ALTERAÇÕES</i> | 60 |
| <i>1.6 A NATUREZA JURÍDICA DA SOCIEDADE ANÔNIMA. DESTAQUE PARA A TEORIA INSTITUCIONALISTA E CONCLUSÃO CRÍTICA</i> | 64 |
| <i>1.7 SOCIEDADE DE CAPITALS “VERSUS” SUBJETIVIDADE. A RELAÇÃO DA SUBJETIVIDADE COM ACORDOS DE ACIONISTAS VOLTADOS PARA A PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE AÇÕES</i> | 73 |
| <i>1.8 INTERESSES PROTEGIDOS NA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES</i> | 74 |

Capítulo 2 – ESPÉCIES DE SOCIEDADES POR AÇÕES E SUAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

| | |
|--|-----------|
| 2.1 AS SOCIEDADES ANÔNIMAS E AS SOCIEDADES EM COMANDITA POR AÇÕES. CARACTERÍSTICAS E DIFERENÇAS BÁSICAS | 75 |
| 2.1.1 As sociedades anônimas | |
| 2.1.1.1 Características (art. 1ª) | 76 |
| 2.1.1.2 A sociedade anônima simplificada | 79 |
| 2.1.2 As sociedades em comandita por ações | 79 |
| 2.1.2.1 Características (arts. 280 a 284)..... | 79 |

PARTE II – AS SOCIEDADES ANÔNIMAS: CAPITAL – RESPONSABILIDADE DO ACIONISTA – OBJETO SOCIAL – DENOMINAÇÃO – CLASSIFICAÇÃO

| | |
|--|------------|
| Capítulo 3 – INTRODUÇÃO: BREVES NOTAS SOBRE A TEORIA GERAL DOS DOCUMENTOS E OS TÍTULOS DE CRÉDITO..... | 85 |
| 3.1 O PERÍODO CLÁSSICO | 86 |
| 3.2 O PASSADO RECENTE. O INÍCIO DO USO DA INFORMÁTICA PARA OS TÍTULOS DE CRÉDITO | 90 |
| 3.3 A SITUAÇÃO ATUAL DOS TÍTULOS ELETRÔNICOS E AS QUESTÕES A SEREM AINDA RESOLVIDAS PARA A RECONSTRUÇÃO DA TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITO..... | 92 |
| 3.4 O CAPITAL DIVIDIDO EM AÇÕES | |
| 3.4.1 As ações e a Teoria dos Documentos. A natureza jurídica das ações das companhias | 104 |
| 3.4.1.1 Comprovações de legitimação | 108 |
| 3.4.1.2 Títulos de legitimação..... | 109 |
| 3.4.1.3 Títulos de crédito | 109 |
| 3.4.1.4 A natureza jurídica das ações no Direito Italiano | 111 |
| 3.4.1.4.1 Transferência por endosso..... | 112 |
| 3.4.1.4.2 Transferência por anotação | 113 |
| 3.4.1.4.3 A propriedade dos títulos de crédito nominativos .. | 113 |
| 3.4.1.4.4 A transferência de títulos nominativos por meio de atestação | 113 |

| | |
|---|-----|
| 3.4.1.4.5 <i>Transferência mediante endosso</i> | 114 |
| 3.4.1.4.6 <i>Títulos ao portador</i> | 114 |
| 3.4.1.4.6.1 <i>O tratamento do título deteriorado (art. 2.005 do CCIt)</i> | 115 |
| 3.4.1.4.6.2 <i>O título extraviado ou furtado (art. 2.006 do CCIt)</i> | 115 |
| 3.4.1.4.6.3 <i>Destruição do título</i> | 116 |
| 3.4.1.4.6.4 <i>Títulos à ordem (arts. 2.008 e ss. do CCIt)</i> .. | 117 |
| 3.4.1.5 <i>A natureza jurídica das ações no Direito Brasileiro</i> | 117 |
| 3.4.2 <i>Conclusão</i> | 119 |
| 3.5 <i>A RESPONSABILIDADE LIMITADA DO ACIONISTA E A PERSONALIDADE JURÍDICA DA COMPANHIA. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DESVIO DO SISTEMA DE RESPONSABILIDADE</i> | 120 |
| 3.6 <i>OBJETO SOCIAL</i> | 125 |
| 3.7 <i>DENOMINAÇÃO</i> | 129 |
| 3.8 <i>CLASSIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES: FECHADAS E ABERTAS. CRITÉRIOS DE DISTINÇÃO</i> | 130 |
| 3.8.1 <i>Aspectos básicos das companhias abertas</i> | 131 |
| 3.9 <i>CAPITAL SOCIAL. CAPITAL MÍNIMO E MÁXIMO. A EMISSÃO DE AÇÕES COM ÁGIO</i> | 134 |
| 3.9.1 <i>Fixação no estatuto e moeda</i> | 138 |
| 3.9.2 <i>Formação do capital. A natureza jurídica da conferência de bens (art. 7º)</i> | 140 |
| 3.9.3 <i>Avaliação dos bens (art. 8º)</i> | 142 |
| 3.9.4 <i>A transferência dos bens. Os bens imóveis e a outorga uxória (art. 9º)</i> | 144 |
| 3.9.5 <i>A responsabilidade do subscritor (art. 10)</i> | 145 |
| 3.9.6 <i>Breves referências à crise do capital social</i> | 145 |
| Capítulo 4 – AS AÇÕES | |
| 4.1 <i>NÚMERO DAS AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL E VALOR NOMINAL (ARTS. 11 E 12)</i> | 149 |
| 4.2 <i>PREÇO DE EMISSÃO DAS AÇÕES. AÇÕES COM E SEM VALOR NOMINAL (ARTS. 13 E 14)</i> | 152 |

| | |
|---|-----|
| 4.3 ESPÉCIES E CLASSES DE AÇÕES (ARTS. 15 A 19) | 153 |
| 4.3.1 Ações ordinárias | 154 |
| 4.3.2 Ações preferenciais | 155 |
| 4.3.2.1 A tutela dos dividendos das ações preferenciais | 156 |
| 4.3.2.2 A “golden share” (ação “de ouro”) (art. 17, § 7º) | 158 |
| 4.3.2.3 Vantagens políticas das ações preferenciais (art. 18) | 158 |
| 4.3.2.4 Regulação das vantagens das ações preferenciais no estatuto (art. 19) | 159 |
| 4.4 AS AÇÕES QUANTO À SUA FORMA. AS AÇÕES NOMINATIVAS EM GERAL (ARTS. 20, 22, 31, 34 E 35) | 159 |
| 4.4.1 Ações nominativas “stricto sensu” (art. 31) | 161 |
| 4.4.2 Ações (nominativas) escriturais. Seu depósito em instituição financeira. Responsabilidades da companhia emitente e da instituição administradora (arts. 34 e 35) | 162 |
| 4.4.3 Forma nominativa obrigatória. Dúvidas (art. 21) | 165 |
| 4.5 OS CERTIFICADOS DAS AÇÕES (ARTS. 23 A 27) | 165 |
| 4.5.1 Emissão dos certificados (art. 23) | 166 |
| 4.5.2 Requisitos dos certificados (art. 24) | 166 |
| 4.5.3 Títulos múltiplos e cautelas (art. 25) | 167 |
| 4.5.4 Agente emissor de certificados (art. 27) | 167 |
| 4.6 INDIVISIBILIDADE DA AÇÃO (ART. 28) | 167 |
| 4.7 CONDIÇÃO DE NEGOCIABILIDADE DAS AÇÕES DA COMPANHIA ABERTA (ART. 29) | 168 |
| 4.8 PROIBIÇÃO DE NEGÓCIOS COM AS PRÓPRIAS AÇÕES. JUSTIFICATIVA. SITUAÇÕES ESPECIAIS (ART. 30) | 168 |
| 4.8.1 Resgate e amortização. Ações de fruição (art. 44) | |
| 4.8.1.1 Conceito e funções econômico-jurídicas | |
| 4.8.1.1.1 Resgate | 171 |
| 4.8.1.1.2 Amortização | 172 |
| 4.8.2 Reembolso. Conceito. Justificativa (art. 45) | 173 |
| 4.8.2.1 Valor do reembolso (art. 45, § 1º) | 174 |
| 4.8.2.1.1 Reembolso pelo valor de patrimônio líquido | 175 |
| 4.8.2.1.2 Reembolso pelo valor econômico | 176 |

| | |
|--|-----|
| 4.8.2.2 <i>Superveniência da falência e a situação dos acionistas cujo reembolso não foi pago (art. 45, §§ 7º e 8º)</i> | 177 |
| 4.9 CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS REAIS E OUTROS ÔNUS (ARTS. 39 E 40) | |
| 4.9.1 <i>O penhor ou a caução</i> | 178 |
| 4.9.2 <i>Usufruto, fideicomisso, alienação fiduciária em garantia, cessão fiduciária e outros ônus</i> | 179 |
| Capítulo 5 – OUTROS PAPÉIS QUE PODEM SER EMITIDOS PELAS | |
| COMPANHIAS (ARTS. 46 A 79 E 172, “CAPUT”) | 180 |
| 5.1 <i>AS PARTES BENEFICIÁRIAS (ARTS. 46 A 51)</i> | 181 |
| 5.2 <i>AS DEBÊNTURES. INTRODUÇÃO (ARTS. 52 A 74)</i> | 184 |
| 5.2.1 <i>Conceito e natureza jurídica</i> | 185 |
| 5.2.2 <i>Notas sobre a comunhão dos debenturistas. Natureza jurídica.</i> | 186 |
| 5.2.3 <i>Emissões múltiplas e séries (art. 53)</i> | 188 |
| 5.2.4 <i>Valor nominal (art. 54)</i> | 188 |
| 5.2.5 <i>O pagamento dos direitos aos debenturistas (arts. 54, §§ 1º e 2º, e 56)</i> | 188 |
| 5.2.6 <i>O vencimento e as debêntures perpétuas. Amortização, resgate e aquisição das próprias debêntures (art. 55, modificado pela Lei 12.431/2011)</i> | 189 |
| 5.2.7 <i>Conversibilidade em ações. Natureza jurídica da emissão e da opção em favor da conversão (art. 57)</i> | 191 |
| 5.2.8 <i>Espécies de debêntures (art. 58)</i> | 193 |
| 5.2.9 <i>Competência para criação e emissão (art. 59, modificado pela Lei 12.431/2011)</i> | 194 |
| 5.2.10 <i>Limite de emissão (art. 60)</i> | 195 |
| 5.2.11 <i>A escritura de emissão e os registros necessários. Responsabilidades (arts. 61 e 62)</i> | 195 |
| 5.2.12 <i>Forma, propriedade, circulação e ônus. Certificados, títulos múltiplos e cautelas (art. 63)</i> | 196 |
| 5.2.13 <i>O agente fiduciário dos debenturistas</i> | |
| 5.2.13.1 <i>Requisitos e incompatibilidades (art. 66, modificado pela Lei 12.431/2011)</i> | 196 |
| 5.2.13.2 <i>Substituição, remuneração e fiscalização (art. 67)</i> | 197 |
| 5.2.13.3 <i>Deveres, atribuições e responsabilidade (arts. 68 a 70)</i> .. | 198 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 5.2.13.4 | <i>Natureza jurídica do agente fiduciário (art. 68)</i> | 200 |
| 5.2.13.5 | <i>A assembleia dos debenturistas (art. 71)</i> | 201 |
| 5.2.13.6 | <i>Cédula de debêntures (art. 72)</i> | 202 |
| 5.2.13.7 | <i>Emissão de debêntures no estrangeiro (art. 73)</i> | 203 |
| 5.2.13.8 | <i>A extinção das debêntures. Responsabilidades (art. 74)..</i> | 205 |
| 5.3 | OS BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO | |
| 5.3.1 | <i>Características e natureza jurídica (arts. 75 e 78)</i> | 205 |
| 5.3.2 | <i>Condições da emissão. Direito de preferência (arts. 76 e 77) ..</i> | 206 |
| 5.3.3 | <i>Os certificados (art. 79)</i> | 206 |
| 5.4 | AS OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES (ART. 168, § 3º) | 207 |
| 5.5 | UMA ABERTURA NO DIREITO ITALIANO | 207 |
| 5.6 | OS REGIMES DE BENS DO CASAMENTO E SEUS EFEITOS QUANTO À NEGOCIAÇÃO DOS TÍTULOS EMITIDOS PELAS COMPANHIAS (NCC, ARTS. 1.643 A 1.651) | 208 |
| 5.7 | NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS PERTENCENTES À INCAPAZES. TUTELA E CURATELA (NCC, ARTS. 1.741 A 1.743, 1.774 E 1.775) | 208 |

PARTE III – A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA E SUA REGULARIDADE

Capítulo 6 – A CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA

| | | |
|------------|--|-----|
| 6.1 | INTRODUÇÃO. A COMPANHIA COMO UMA DAS FORMAS DA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL. INICIATIVA DOS FUNDADORES E SEUS DIREITOS | 213 |
| 6.2 | REQUISITOS GERAIS. A COMPANHIA SIMULADA, FICTÍCIA OU APARENTE... | 217 |
| 6.3 | A CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA FECHADA | |
| 6.3.1 | <i>Constituição por assembleia-geral (arts. 87 e 88, § 1º)</i> | 219 |
| 6.3.2 | <i>Constituição por escritura pública (art. 88, § 2º)</i> | 221 |
| 6.4 | A CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA ABERTA (ARTS. 82 A 87) | 221 |
| 6.4.1 | <i>Registro da emissão. Estudo de viabilidade econômica e financeira. Projeto de estatuto. Prospecto (arts. 82 a 84)</i> | 221 |
| 6.4.2 | <i>Lista ou boletim de entrada. Natureza jurídica do ato de subscrição (arts. 85 e 86, “caput”)</i> | 222 |
| 6.4.3 | <i>Assembleia de constituição. Convocação. Instalação. Deliberação (arts. 85 a 87)</i> | 223 |

| | |
|---|------------|
| 6.5 DISPOSIÇÕES GERAIS REFERENTES À CONSTITUIÇÃO DE COMPANHIAS (ARTS. 89 A 93) | 224 |
| 6.5.1 Incorporação de imóveis ao capital da companhia | 224 |
| 6.5.2 Representação do subscritor | 224 |
| 6.5.3 Denominação provisória | 224 |
| 6.5.4 Responsabilidade dos fundadores e da instituição financeira intermediária | 225 |
| 6.5.5 Documentos da fase de constituição | 225 |
| 6.6 FORMALIDADES COMPLEMENTARES DA CONSTITUIÇÃO | |
| 6.6.1 Início do funcionamento. Condição e responsabilidades. Arquivamento e publicação (art. 94) | 225 |
| 6.6.2 Formalidades complementares relativas à companhia constituída por assembleia. Companhia aberta ou fechada (art. 95) | 226 |
| 6.6.3 Formalidades complementares à constituição da companhia fechada por escritura pública (art. 96) | 226 |
| 6.7 O PAPEL DO REGISTRO DO COMÉRCIO QUANTO À CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA. O MOMENTO DA CONSTITUIÇÃO E A NATUREZA DA COMPANHIA NESTA FASE (ART. 97) | 227 |
| 6.8 PUBLICAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS E TRANSFERÊNCIA DE BENS (ART. 98) | 231 |
| 6.9 A RESPONSABILIDADE DOS PRIMEIROS ADMINISTRADORES (ART. 99) .. | 231 |
| 6.10 NULIDADE DA COMPANHIA | 232 |
| 6.10.1 Casos de nulidade | 232 |
| 6.10.2 Casos de anulação | 232 |

Capítulo 7 – Os LIVROS SOCIAIS

| | |
|---|------------|
| 7.1 INTRODUÇÃO. A FUNÇÃO DOS LIVROS SOCIAIS | 233 |
| 7.2 OS LIVROS SOCIAIS OBRIGATÓRIOS (ART. 100, MODIFICADO PELA LEI 12.431/2011) | 233 |
| 7.3 ACESSO AOS REGISTROS EFETUADOS NOS LIVROS DAS COMPANHIAS (ART. 100, § 1º) | 234 |
| 7.4 A ESCRITURAÇÃO DO AGENTE EMISSOR (ART. 101) | 235 |
| 7.5 AÇÕES ESCRITURAIS (ART. 102) | 235 |
| 7.6 FISCALIZAÇÃO E DÚVIDAS NO REGISTRO (ART. 103) | 236 |



| | |
|--|-----|
| 7.7 RESPONSABILIDADE DA COMPANHIA QUANTO AOS REGISTROS NOS SEUS LIVROS (ART. 104) | 236 |
| 7.8 EXIBIÇÃO DE LIVROS (ART. 105) | 237 |

**PARTE IV – A SOCIEDADES ANÔNIMAS.
ACIONISTAS: DEVERES E DIREITOS
– O ACIONISTA CONTROLADOR
– ACORDO DE ACIONISTAS
– REPRESENTAÇÃO DO ACIONISTA**

| | |
|--|-----|
| Capítulo 8 – Os DEVERES E DIREITOS DOS ACIONISTAS. O INTERESSE DA COMPANHIA. O ACIONISTA CONTROLADOR. AS MINORIAS ACIONÁRIAS. O ACORDO DE ACIONISTAS. A ARBITRAGEM NA SOCIEDADE ANÔNIMA | |
| 8.1 INTRODUÇÃO | 243 |
| 8.2 DEVERES DOS ACIONISTAS | 243 |
| 8.2.1 Obrigação de realizar o capital (arts. 106 a 108) | 244 |
| 8.2.1.1 <i>As medidas a serem tomadas quanto ao acionista remisso. Responsabilidades (arts. 107 e 108)</i> | 245 |
| 8.2.1.1.1 <i>Execução do acionista</i> | 245 |
| 8.2.1.1.2 <i>Venda das ações em Bolsa, por conta e risco do acionista inadimplente</i> | 245 |
| 8.2.1.1.3 <i>Declaração de caducidade das ações do acionista remisso</i> | 246 |
| 8.2.2 Dever de lealdade | 247 |
| 8.3 DIREITOS ESSENCIAIS E NÃO ESSENCIAIS DOS ACIONISTAS. DIREITOS COLETIVOS, DIREITOS DOS MINORITÁRIOS E DIREITOS INDIVIDUAIS (ARTS. 109 A 115) | 248 |
| 8.3.1 Direitos essenciais (art. 109, I a III) | 249 |
| 8.3.1.1 <i>Direito de participar dos lucros sociais</i> | 250 |
| 8.3.1.2 <i>Direito de participar do acervo da companhia, em caso de liquidação</i> | 252 |
| 8.3.1.3 <i>Direito de fiscalizar a gestão dos negócios sociais</i> | 253 |
| 8.3.2 Direitos não essenciais (arts. 109, IV e V, e 110 a 115) | 254 |
| 8.3.2.1 <i>O direito de voto. Ações ordinárias e preferenciais. O voto à distância (arts. 110 a 115 e 121)</i> | 254 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| 8.3.2.1.1 | <i>Voto das ações empenhadas, alienadas fiduciariamente ou gravadas com usufruto. A cessão do direito de voto. O aluguel de ações (arts. 113, 114 e 126, § 1º).....</i> | 257 |
| 8.3.2.1.2 | <i>Abuso de direito de voto e conflito de interesses (art. 115)</i> | 259 |
| 8.3.2.1.2.1 | O conceito de “interesse da companhia”. O interesse social (arts. 115, “caput”, e 117, § 1º, “e”) | 260 |
| 8.3.2.1.3 | <i>O exercício do direito de voto nas situações de conflito de interesses (art. 115, §§ 1º e 2º)</i> | 268 |
| 8.3.2.1.4 | <i>A suspensão do exercício dos direitos do acionista. A expulsão do acionista da assembleia (art. 120)</i> | 269 |
| 8.3.2.1.5 | <i>O conceito de “acionista controlador” e seu tratamento jurídico (art. 116)</i> | 270 |
| 8.3.2.1.5.1 | “A pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que: (...)” | 273 |
| 8.3.2.1.5.2 | “(...) é titular de direitos de sócio (...)” | 274 |
| 8.3.2.1.5.3 | “(...) que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral (...)” | 274 |
| 8.3.2.1.5.4 | “(...) e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (...)” | 276 |
| 8.3.2.1.5.5 | “(...) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia” .. | 277 |
| 8.3.2.1.5.6 | A natureza jurídica do controle | 278 |
| 8.3.2.1.5.7 | A natureza jurídica da minoria | 279 |
| 8.3.2.1.5.8 | As formas de organização do controle interno | 280 |
| 8.3.2.1.5.9 | Os parâmetros da atuação do controlador no plano interno da sociedade. Abuso de poder de controle. Desvio de poder e fraude à lei (arts. 116, parágrafo único, e 116-A) | 287 |

| | | |
|--------------|--|-----|
| 8.3.2.1.5.10 | A responsabilidade do controlador por abuso do poder de controle. Modalidades do exercício abusivo do poder (art. 117) .. | 290 |
| 8.3.2.1.5.11 | A desconsideração da personalidade jurídica como caminho para a responsabilização do controlador | 299 |
| 8.3.2.1.5.12 | A negociação do controle acionário | 301 |
| 8.3.2.1.6 | <i>O acordo de acionistas (art. 118)</i> | |
| 8.3.2.1.6.1 | Introdução | 305 |
| 8.3.2.1.6.2 | Natureza jurídica do acordo de acionistas .. | 309 |
| 8.3.2.1.6.3 | Classificação dos pactos parassociais e crítica do dogma da unanimidade do consentimento. A natureza jurídica do acordo de voto em bloco | 311 |
| 8.3.2.1.6.4 | Vícios dos pactos parassociais e vícios das deliberações tomadas com base naqueles..... | 318 |
| 8.3.2.1.6.5 | Pactos parassociais e seu alcance ou objeto..... | 320 |
| 8.3.2.1.6.6 | Participantes e formalidades. Eficácia (art. 118, “caput” e § 1ª) | 322 |
| 8.3.2.1.6.7 | Os acordos e a responsabilidade dos acionistas participantes quanto ao exercício do direito de voto (art. 118, § 2ª, c/c os arts. 115 e 117) | 330 |
| 8.3.2.1.6.8 | Execução específica do acordo de acionistas (art. 118, § 3ª)..... | 330 |
| 8.3.2.1.6.9 | Proibição da negociação das ações objeto do acordo, uma vez averbadas (art. 118, § 4ª) | 331 |
| 8.3.2.1.6.10 | Divulgação de informações sobre o conteúdo do acordo na companhia aberta (art. 118, § 5ª) | 331 |

| | |
|--|-----|
| 8.3.2.1.6.11 Acordos que podem ser denunciados (art. 118, § 6º) | 331 |
| 8.3.2.1.6.12 Prazo para as procurações outorgadas no acordo de acionistas, objetivando o direito de voto (art. 118, § 7º) | 332 |
| 8.3.2.1.6.13 Situação do voto proferido com infração ao acordo de acionistas (art. 118, § 8º) ... | 332 |
| 8.3.2.1.6.14 A situação da ausência do acionista aos conclaves nos quais o acordo de acionistas será utilizado ou sua abstenção, quando presente (art. 118, § 9º) | 333 |
| 8.3.2.1.6.15 A indicação de representante dos membros de acordos de acionistas perante a companhia (art. 118, § 10) | 333 |
| 8.3.2.1.6.16 Esclarecimentos sobre as cláusulas do acordo (art. 118, § 11) | 333 |
| 8.3.2.1.6.17 O funcionamento do acordo. As reuniões prévias. A situação do conselheiro eleito nos termos do acordo de acionistas | 334 |
| 8.3.2.1.6.18 O desvio de função no acordo de acionistas | 336 |
| 8.3.2.1.6.19 Dissensões entre os participantes do acordo de acionistas e os efeitos jurídicos correspondentes | 338 |
| 8.3.2.1.7 <i>Representação de acionista residente ou domiciliado no exterior (art. 119)</i> | 338 |
| 8.3.2.2 <i>Direito de preferência</i> | 338 |
| 8.3.2.3 <i>Direito de retirada (arts. 136 e 137)</i> | 339 |
| 8.3.2.4 <i>Direito à solução de divergências por meio da arbitragem como novo tema do direito societário</i> | 339 |
| 8.3.2.4.1 <i>A inexistência da cláusula compromissória estatutária e o intuito de introduzi-la no estatuto da companhia</i> | 341 |
| 8.3.2.4.2 <i>Cláusula compromissória constante originalmente do estatuto social e de reforma estatutária. Efeitos ..</i> | 342 |

PARTE V – A ASSEMBLEIA-GERAL: DISPOSIÇÕES GERAIS
– ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA – ASSEMBLEIA-GERAL
EXTRAORDINÁRIA – ASSEMBLEIAS ESPECIAIS

Capítulo 9 – A ASSEMBLEIA-GERAL

| | |
|--|------------|
| 9.1 INTRODUÇÃO. ATENDIMENTO A INTERESSES INTERNOS E EXTERNOS. ÓRGÃO DEMOCRÁTICO IMPERFEITO. ESPÉCIES DE ASSEMBLEIAS-GERAIS (ART. 131) | 351 |
| 9.2 PRINCÍPIOS CARDEAIS E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO E SEUS PODERES SOB O ASPECTO GERAL (ART. 121) | 353 |
| 9.3 COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA ASSEMBLEIA-GERAL (ART. 122) | 354 |
| 9.3.1 Reformar o estatuto social | 354 |
| 9.3.2 Eleger ou destituir os administradores e fiscais | 355 |
| 9.3.3 Tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas | 355 |
| 9.3.4 Autorizar a emissão de debêntures | 355 |
| 9.3.5 Suspender o exercício dos direitos do acionista | 356 |
| 9.3.6 Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social | 356 |
| 9.3.7 Autorizar a emissão de partes beneficiárias | 356 |
| 9.3.8 Deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e tomar-lhes as contas | 356 |
| 9.3.9 Autorizar os administradores a confessar a falência e pedir a recuperação da empresa | 356 |
| 9.3.9.1 Confissão de falência feita pela diretoria | 357 |
| 9.3.9.2 Pedido de recuperação judicial feito pela diretoria | 358 |
| 9.4 COMPETÊNCIA PARA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL. A AUTOCONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL. REVOGAÇÃO DA CONVOCAÇÃO (ART. 123) | 358 |
| 9.5 MODO DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL E LOCAL DE SUA REALIZAÇÃO. ORDEM DO DIA. EFEITO DA NÃO CONVOCAÇÃO OU DA CONVOCAÇÃO IRREGULAR (ARTS. 124 E 289, “CAPUT”) | 360 |
| 9.5.1 Primeira e segunda convocações. Companhia fechada | 363 |
| 9.5.2 Primeira e segunda convocações. Companhia aberta | 363 |



| | |
|--|------------|
| 9.6 QUÓRUM DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL. A ASSEMBLEIA TOTALITÁRIA (ARTS. 124, § 4º, E 125) | 365 |
| 9.7 LEGITIMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO. REVOGAÇÃO DA PROCURAÇÃO OUTORGADA (ART. 126) | 366 |
| 9.7.1 Titulares de ações nominativas | 366 |
| 9.7.2 Titulares de ações escriturais ou em custódia | 366 |
| 9.8 PEDIDOS DE PROCURAÇÃO (“PROXY MACHINERY”) (ART. 126, § 2º).. | 368 |
| 9.9 LIVRO DE PRESENÇA. A QUESTÃO DOS ACIONISTAS RETARDATÁRIOS. A FORMAÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA. SISTEMAS DE DELIBERAÇÃO. UTILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS (ART. 127) | 369 |
| 9.10 QUÓRUM DAS DELIBERAÇÕES. A SOLUÇÃO NO EMPATE. OS VOTOS EM BRANCO E OS NULOS. MINORIAS DE BLOQUEIO. FORMAS DE MAIORIA: RELATIVA, ABSOLUTA E QUALIFICADA. INVOCAÇÃO ABUSIVA DO ESTATUTO E/OU DO ACORDO DE ACIONISTAS (ART. 129) | 372 |
| 9.11 A ATA DA ASSEMBLEIA. ASSINATURAS. DOCUMENTO PRIVADO. EXCEÇÃO DA ATA LAVRADA POR ESCRITURA PÚBLICA. ACUSAÇÕES INFAMANTES. ALCANCE. VALIDADE. CERTIDÕES E CÓPIAS. ATA SUMÁRIA. INVALIDADE DA ATA E VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES. FALSIFICAÇÃO DA ATA (ART. 130) | 375 |
| 9.12 O PAPEL DAS JUNTAS COMERCIAIS COMO “FISCAIS DA LEI” NA VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA CONVOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÕES DE ASSEMBLEIAS-GERAIS | 379 |
| 9.13 NULIDADE E ANULAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS-GERAIS | 379 |
| 9.13.1 Assembleias nulas. Competência para promover sua nulidade | 380 |
| 9.13.2 Assembleias anuláveis. Competência para requerer sua anulação e efeitos | 381 |
| 9.14 A ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA (ARTS. 132 A 134) | 382 |
| 9.14.1 O momento de sua realização e objeto (competência exclusiva) | 383 |
| 9.14.1.1 Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras | 384 |
| 9.14.1.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos | 384 |
| 9.14.1.3 Eleger os membros do conselho fiscal, quando for o caso... | 385 |
| 9.14.1.4 Aprovar a correção da expressão monetária do capital social | 385 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 9.14.2 | <i>Os documentos da administração. Disponibilidade e publicações. Informações sigilosas (arts. 133 e 157, §§ 1º, “e”, e 5º)</i> | 385 |
| 9.14.3 | <i>Procedimentos a serem adotados na assembleia-geral. A presença dos administradores e do auditor independente. Boicote. Adiamento eventual. Deliberações</i> | 388 |
| 9.15 | A ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA (ARTS. 135 A 137) | |
| 9.15.1 | <i>Introdução. Competências</i> | 391 |
| 9.15.2 | <i>Assembleia-geral extraordinária para reforma do estatuto social</i> | 392 |
| 9.15.2.1 | <i>Quórum de instalação</i> | 393 |
| 9.15.2.2 | <i>Validade das alterações do estatuto social diante de terceiros</i> | 393 |
| 9.16 | QUÓRUNS QUALIFICADOS PARA DETERMINADAS DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA. ASSEMBLEIAS ESPECIAIS DE PREFERENCIALISTAS | 394 |
| 9.16.1 | <i>Criação de ações preferenciais ou aumento da classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previsto ou autorizado no estatuto</i> | 394 |
| 9.16.2 | <i>Alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de classe mais favorecida</i> | 395 |
| 9.16.3 | <i>Redução do dividendo obrigatório</i> | 395 |
| 9.16.4 | <i>Fusão da companhia ou sua incorporação em outra</i> | 396 |
| 9.16.5 | <i>Participação em grupo de sociedades</i> | 396 |
| 9.16.6 | <i>Mudança do objeto da companhia</i> | 396 |
| 9.16.7 | <i>Cessação do estado de liquidação</i> | 396 |
| 9.16.8 | <i>Criação de partes beneficiárias</i> | 396 |
| 9.16.9 | <i>Cisão da companhia</i> | 396 |
| 9.16.10 | <i>Dissolução da companhia</i> | 397 |
| 9.17 | ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA PARA DELIBERAÇÃO DE OUTRAS MATÉRIAS | 397 |



| | |
|---|-----|
| 9.18 DIREITO DE RETIRADA. HIPÓTESES. CONDIÇÕES PARA SEU EXERCÍCIO. PAGAMENTO. ARREPENDIMENTO OU RATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA. O CASO ESPECIAL DA REORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (PROER) (ART. 137) | 398 |
| 9.19 A NATUREZA JURÍDICA DA DELIBERAÇÃO ASSEMBLEAR | 403 |
| 9.20 AS ASSEMBLEIAS ESPECIAIS | 404 |
| 9.21 OS VÍCIOS DAS DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES | 405 |

**PARTE VI – A ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA:
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E A DIRETORIA**

Capítulo 10 – A ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA

| | |
|---|-----|
| 10.1 INTRODUÇÃO | 411 |
| 10.2 OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. INDELEGABILIDADE DE ATRIBUIÇÕES E PODER NORMATIVO (ARTS. 138 E 139) | 412 |
| 10.3 O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (ARTS. 140 A 142) | |
| 10.3.1 Introdução | 414 |
| 10.3.2 Eleição e composição do conselho de administração. Designação judicial de administrador. Representantes dos empregados. A situação nas sociedades de economia mista. Designação judicial de conselheiro de administração (art. 140) | 415 |
| 10.3.2.1 O número de conselheiros, ou o máximo e o mínimo permitidos, e o processo de escolha e substituição do presidente do conselho pela assembleia ou pelo próprio órgão | 415 |
| 10.3.2.2 O modo de substituição dos conselheiros | 416 |
| 10.3.2.3 O prazo de gestão, que não poderá ser superior a três anos, permitida a reeleição | 417 |
| 10.3.2.4 As normas sobre convocação, instalação e funcionamento do conselho, que decidirá por maioria de votos, podendo o estatuto estabelecer quórum qualificado para certas deliberações, desde que especifique as matérias..... | 418 |
| 10.3.3 O voto múltiplo como ferramenta dos minoritários objetivando a eleição dos conselheiros de administração (art. 141) | 420 |



| | | |
|-----------|--|-----|
| 10.3.3.1 | <i>Condição, formalidade e exercício do voto múltiplo. Solução no caso de empate. Métodos para utilização do voto múltiplo. Os votos fracionários. Número de votos necessários. Destituição e eleição de substitutos dos administradores assim eleitos</i> | 421 |
| 10.3.3.2 | <i>O mandato escalonado no conselho de administração como forma de frustrar a eficácia do voto múltiplo</i> | 423 |
| 10.3.4 | <i>Eleição de conselheiros por votação em separado na companhia aberta (art. 141, § 4º)</i> | 424 |
| 10.3.5 | <i>Competência privativa do conselho de administração. Subordinação eventual à assembleia-geral (art. 142)</i> | 426 |
| 10.3.5.1 | <i>Fixar a orientação geral dos negócios da companhia ...</i> | 426 |
| 10.3.5.2 | <i>Eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto</i> | 426 |
| 10.3.5.3 | <i>Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos</i> | 428 |
| 10.3.5.4 | <i>Convocar a assembleia-geral quando julgar conveniente, ou no caso do art. 132</i> | 429 |
| 10.3.5.5 | <i>Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria</i> | 429 |
| 10.3.5.6 | <i>Manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir</i> | 430 |
| 10.3.5.7 | <i>Deliberar, quando autorizado pelo estatuto, sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição</i> | 431 |
| 10.3.5.8 | <i>Autorizar, se o estatuto não dispuser em contrário, a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros</i> | 432 |
| 10.3.5.9 | <i>Escolher e destituir os auditores independentes, se houver</i> | 432 |
| 10.3.5.10 | <i>Autorização para a constituição de consórcio (LSA, art. 279)</i> | 433 |



| | | |
|------------|---|-----|
| 10.3.6 | <i>A Teoria Organicista, a independência do conselheiro de administração e o acordo de acionistas</i> | 433 |
| 10.3.7 | <i>As deliberações do conselho de administração. Convocação. Instalação. Deliberação. Presença dos diretores e dos conselheiros fiscais. O voto de qualidade, de desempate ou de Minerva. Voto de conselheiros ausentes. Voto por procuração. Voto secreto. Quórum (LSA, arts. 138 e 140, IV) ...</i> | 435 |
| 10.3.8 | <i>Acordo de voto entre os conselheiros</i> | 438 |
| 10.3.9 | <i>O funcionamento do conselho: periodicidade e estrutura (LSA, art. 140, III).....</i> | 439 |
| 10.3.10 | <i>As atas das reuniões do conselho de administração. Forma de expressão da dissidência. Força probante. Registro e efeitos internos e externos das deliberações do órgão</i> | 440 |
| 10.3.11 | <i>Anulação, nulidade, invalidade e ineficácia das deliberações do conselho de administração. Casos e competência para sua arguição</i> | 441 |
| 10.3.12 | <i>A responsabilidade específica dos conselheiros de administração. Análise da doutrina e crítica</i> | 443 |
| 10.4 | <i>A DIRETORIA E O PODER A ELA INERENTE. FORMA DO SEU FUNCIONAMENTO (ARTS. 143 E 144)</i> | 445 |
| 10.4.1 | <i>Composição da diretoria. O “diretor-empregado” (art. 143)...</i> | 447 |
| 10.4.2 | <i>Representação da sociedade. Diretores e mandatários. A situação do mandatário com plenos poderes de gestão (art. 144)</i> | 448 |
| 10.5 | <i>OS ADMINISTRADORES EM GERAL</i> | |
| 10.5.1 | <i>Normas comuns: membros do conselho de administração e diretores (art. 145)</i> | 449 |
| 10.5.2 | <i>Requisitos e impedimentos (arts. 146, 147 e 140, parágrafo único)</i> | 450 |
| 10.5.2.1 | <i>Investidura no cargo (arts. 146, § 2º, 147, “caput”, e 149) .</i> | 452 |
| 10.5.2.2 | <i>Casos de inelegibilidade (art. 147).....</i> | 453 |
| 10.5.2.2.1 | <i>Pessoas impedidas por lei especial</i> | 453 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| 10.5.2.2.2 | <i>Pessoas condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos</i> | 454 |
| 10.5.2.2.3 | <i>Pessoas declaradas inabilitadas por ato da CVM em relação a cargos de administração em companhia aberta</i> | 454 |
| 10.5.2.2.4 | <i>Pessoas de reputação não ilibada</i> | 454 |
| 10.5.2.2.5 | <i>Pessoas que ocupem cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial em conselhos consultivos, de administração ou fiscal</i> | 455 |
| 10.5.2.2.6 | <i>Pessoas que possam ter interesse conflitante com a sociedade</i> | 455 |
| 10.5.2.3 | <i>Garantia de gestão (art. 148)</i> | 455 |
| 10.5.2.4 | <i>Destituição, substituição e término da gestão (art. 150)</i> | |
| 10.5.2.4.1 | <i>Destituição de administradores</i> | 456 |
| 10.5.2.4.2 | <i>Vacância no conselho de administração</i> | 457 |
| 10.5.2.4.3 | <i>Vacância na diretoria. Gestão extraordinária na vacância de todos os cargos</i> | 458 |
| 10.5.2.5 | <i>Renúncia (art. 151)</i> | 459 |
| 10.5.2.6 | <i>Remuneração. Participação nos lucros. Aspectos problemáticos (art. 152)</i> | 460 |
| 10.6 | DEVERES DOS ADMINISTRADORES (ARTS. 153 A 157) | |
| 10.6.1 | <i>Introdução</i> | 463 |
| 10.6.2 | <i>Dever de diligência (art. 153)</i> | 463 |
| 10.6.3 | <i>Finalidades das atribuições (art. 154, “caput”)</i> | 465 |
| 10.6.4 | <i>Conflito de interesses e desvio de poder (art. 154, §§ 1ª a 4ª)</i> | 466 |
| 10.6.4.1 | <i>O administrador eleito por grupo ou classe de acionistas</i> | 466 |
| 10.6.4.2 | <i>Os administradores em geral (art. 154, §§ 2ª a 4ª)</i> | 467 |
| 10.6.4.2.1 | <i>Prática de ato de liberalidade à custa da companhia</i> | 467 |

| | | |
|---------------|--|------------|
| 10.6.4.2.2 | <i>Tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia, sem prévia autorização da assembleia-geral ou do conselho de administração, ou, sem essa mesma autorização, usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse, ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito</i> | 468 |
| 10.6.4.2.3 | <i>Receber de terceiros, sem autorização estatutária ou da assembleia-geral, qualquer modalidade de vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício do seu cargo</i> | 468 |
| 10.6.5 | O dever de lealdade (art. 155) | 469 |
| 10.6.5.1 | <i>Usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a companhia, as oportunidades comerciais de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo</i> | 470 |
| 10.6.5.2 | <i>Omitir-se no exercício ou proteção de direitos da companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidade de negócio de interesse da companhia</i> | 470 |
| 10.6.5.3 | <i>Adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à companhia, ou que esta tencione adquirir.....</i> | 470 |
| 10.6.5.4 | <i>A “inside information” na companhia aberta e o dever de lealdade (art. 154, §§ 1o a 4o)</i> | 471 |
| 10.6.6 | A questão do conflito de interesses. Conflito de interesses formal e material ou substancial (art. 156) | 473 |
| 10.6.7 | Dever de informar. Específico para o administrador de companhia aberta (art. 157) | 478 |
| 10.7 | A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADMINISTRADORES. O PREJUÍZO COMO PRESSUPOSTO (ART. 158) | |
| 10.7.1 | Introdução | 479 |
| 10.7.2 | A forma e a extensão da responsabilidade civil dos administradores | 481 |
| 10.7.2.1 | <i>Quando atuar com culpa ou dolo, mesmo dentro de suas atribuições ou poderes</i> | 482 |
| 10.7.2.2 | <i>Quando violar a lei ou o estatuto</i> | 482 |

| | |
|--|-----|
| 10.8 AS AÇÕES JUDICIAIS DE RESPONSABILIZAÇÃO DO ADMINISTRADOR (ART. 159) | 486 |
| 10.9 ÓRGÃOS TÉCNICOS E CONSULTIVOS (ART. 160) | 489 |
| 10.10 NOTAS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO E O CONTROLE DA COMPANHIA NOS DIREITOS ITALIANO E FRANCÊS | |
| 10.10.1 Direito Italiano | 489 |
| 10.10.2 Direito Francês | 494 |
| 10.10.2.1 O modelo francês clássico de administração | 495 |
| 10.10.2.2 O novo modelo francês de administração | 497 |

PARTE VII – O CONSELHO FISCAL E A GOVERNANÇA CORPORATIVA NA COMPANHIA FECHADA

Capítulo 11

| | |
|---|-----|
| A) INTRODUÇÃO AO TEMA DO CONSELHO FISCAL. NATUREZA JURÍDICA | 504 |
| 11.1 FUNCIONAMENTO E COMPOSIÇÃO (ART. 161) | |
| 11.1.1 Funcionamento permanente ou a pedido. Condições | 505 |
| 11.1.2 Composição do órgão. Critérios de representatividade legal das minorias. Indelegabilidade da função de conselheiro fiscal | 507 |
| 11.2 CONSELHEIRO FISCAL: REQUISITOS, IMPEDIMENTOS E REMUNERAÇÃO (ART. 162) | 507 |
| 11.3 COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL COMO ÓRGÃO COLEGIADO. O PAPEL INDIVIDUAL DO CONSELHEIRO FISCAL (ART. 163) | 509 |
| 11.3.1 Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários | 509 |
| 11.3.2 Opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral | 510 |

| | | |
|---------------|---|-----|
| 11.3.3 | <i>Opinar sobre propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação ou cisão da companhia</i> | 510 |
| 11.3.4 | <i>Denunciar, por qualquer dos seus membros, aos órgãos da administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia</i> | 511 |
| 11.3.5 | <i>Convocar a assembleia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias</i> | 511 |
| 11.3.6 | <i>Examinar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia</i> | 512 |
| 11.3.7 | <i>Examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar</i> | 512 |
| 11.3.8 | <i>Exercer essas atribuições durante a liquidação, tendo em vista os dispositivos especiais que a regulam</i> | 512 |
| 11.3.9 | <i>Dar parecer sobre a justificativa da assembleia-geral de que não será pago em determinado exercício o dividendo obrigatório, por ser incompatível com a situação financeira da companhia (LSA, art. 202, § 4º)</i> | 512 |
| 11.4 | O EXERCÍCIO INDIVIDUAL DA ATUAÇÃO DO CONSELHEIRO FISCAL | 513 |
| 11.5 | AS RELAÇÕES DO CONSELHO FISCAL COM OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO E COM A AUDITORIA INDEPENDENTE, SE HOUVER (ART. 163, §§ 1º A 5º E 8º) | 514 |
| 11.6 | PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS-GERAIS. PARECERES E REPRESENTAÇÕES (ART. 164) | 516 |
| 11.7 | DEVERES E RESPONSABILIDADES. EXERCÍCIO ABUSIVO DA FUNÇÃO (ART. 165) | 517 |
| 11.8 | INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS A SEREM PRESTADAS PELOS CONSELHEIROS FISCAIS NA COMPANHIA ABERTA (ART. 165-A) | 518 |

**B) INTRODUÇÃO AO TEMA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS
COMPANHIAS FECHADAS. SEU CONCEITO**

| | |
|--|-----|
| 11.9 INTRODUÇÃO. PRINCÍPIOS DO INSTITUTO | 519 |
| 11.10 CELEBRAÇÃO DE UM ACORDO DE ACIONISTAS | 526 |
| 11.11 A ADOÇÃO DO MODELO DUAL DE ADMINISTRAÇÃO | 526 |
| 11.12 O CONSELHO FISCAL | 527 |
| 11.13 RECURSO À “GOLDEN SHARE” E ÀS CLÁUSULAS “DRAG ALONG” E “TAG ALONG” NO ESTATUTO SOCIAL | 527 |
| 11.14 A ADOÇÃO DE AUDITORIA INDEPENDENTE | 528 |

**PARTE VIII – MODIFICAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL:
AUMENTO E REDUÇÃO**

Capítulo 12 – AUMENTO E REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

| | |
|--|-----|
| 12.1 INTRODUÇÃO | 531 |
| 12.2 AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL EM GERAL. O CASO ESPECÍFICO DO CAPITAL AUTORIZADO. A EXCLUSÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA (ARTS. 166 A 170) | 533 |
| 12.3 AUMENTO DE CAPITAL PELA CAPITALIZAÇÃO DE LUCROS E RESERVAS. A SITUAÇÃO DAS AÇÕES OBJETO DE USUFRUTO, FIDEICOMISSO, INALIENABILIDADE OU INCOMUNICABILIDADE (ART. 169) | 537 |
| 12.4 AUMENTO MEDIANTE A SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES (ART. 170) | 538 |
| 12.5 O DIREITO DE PREFERÊNCIA. EXERCÍCIO. EXCLUSÃO. CESSÃO DO DIREITO. DESTINO DAS SOBRAS DE SUBSCRIÇÃO (ARTS. 171 E 172) .. | 540 |
| 12.5.1 Companhia aberta | 542 |
| 12.5.2 Companhia fechada | 542 |
| 12.6 A REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL (ARTS. 173 E 174) | |
| 12.6.1 Considerações gerais | 542 |
| 12.6.2 A redução do capital e a oposição dos credores quirografários. A situação dos debenturistas (art. 174) | 544 |

**PARTE IX – O EXERCÍCIO SOCIAL E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS. OS LUCROS, AS RESERVAS
E OS DIVIDENDOS**

ALEXANDRE DEMÉTRIUS PEREIRA

Capítulo 13 – O EXERCÍCIO SOCIAL E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| | |
|--|------------|
| 13.1 INTRODUÇÃO | 549 |
| 13.2 A ESCRITURAÇÃO. ASPECTOS GERAIS. CLASSIFICAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA | 551 |
| 13.2.1 O objeto da escrituração contábil e seu processo | 555 |
| 13.3 AS PECULIARIDADES DA ESCRITURAÇÃO NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS EM RELAÇÃO ÀS SOCIEDADES REGULADAS NO CÓDIGO CIVIL E AS PRINCIPAIS REPERCUSSÕES DA LEI 11.638/2007 NA ESCRITURAÇÃO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS | 568 |
| 13.3.1 O sigilo da escrituração nas sociedades anônimas | 575 |
| 13.4 AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 578 |
| 13.4.1 O balanço patrimonial e seus grupos de contas | 579 |
| 13.4.1.1 Ativo | 587 |
| 13.4.1.1.1 Ativo circulante | 589 |
| 13.4.1.1.2 Ativo não circulante: realizável a longo prazo ... | 591 |
| 13.4.1.1.3 Ativo não circulante: os (antigos) ativos permanentes e diferidos. A nova classificação perante a Lei 11.941/2009 | 592 |
| 13.4.1.1.4 Os investimentos | 595 |
| 13.4.1.1.5 O ativo intangível | 596 |
| 13.4.1.1.6 O ativo imobilizado | 597 |
| 13.4.1.1.7 Critérios de avaliação do ativo | 600 |
| 13.4.1.1.8 Avaliação dos investimentos | 603 |
| 13.4.1.2 Passivo exigível | 606 |
| 13.4.1.2.1 Critérios de avaliação do passivo | 608 |
| 13.4.1.3 Os (antigos) resultados de exercícios futuros | 609 |

| | |
|--|-----|
| 13.4.1.4 Patrimônio líquido | 610 |
| 13.5 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) | 614 |
| 13.6 DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL) E DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (DLPA) | 621 |
| 13.7 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR) | 625 |
| 13.8 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (DFC) | 631 |
| 13.9 DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO (DVA) | 635 |
| 13.10 TÓPICOS DE ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 639 |
| 13.11 TÓPICOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | 648 |

Capítulo 14 – Os LUCROS, AS RESERVAS E OS DIVIDENDOS

| | |
|--|-----|
| 14.1 INTRODUÇÃO. DEDUÇÃO DE PREJUÍZOS E IMPOSTO SOBRE A RENDA ... | 653 |
| 14.2 RESERVAS E RETENÇÃO DE LUCROS. RESERVAS DE CAPITAL, DE REAVALIAÇÃO E DE LUCROS. AS PROVISÕES | 655 |
| 14.2.1 Reservas de lucros e suas subdivisões | 658 |
| 14.2.2 Os ajustes de avaliação patrimonial e as (antigas) reservas de reavaliação | 662 |
| 14.2.3 Reservas de capital | 663 |
| 14.3 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO | |
| 14.3.1 Introdução | 664 |
| 14.3.2 Dividendo obrigatório | 666 |
| 14.3.3 Dividendos de ações preferenciais. Dividendos fixos e mínimos | 669 |
| 14.3.4 Dividendos intermediários | 670 |
| 14.3.5 Pagamento de dividendos | 671 |
| 14.3.6 Juros sobre Capital Próprio (JCP) | 672 |

PARTE X – A REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA.
DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DA COMPANHIA

Capítulo 15 – DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DA COMPANHIA

| | |
|---|------------|
| 15.1 INTRODUÇÃO. ASPECTOS GERAIS. CONCEITO | 685 |
| 15.2 CASOS DE DISSOLUÇÃO E SEUS EFEITOS. A MANUTENÇÃO PROVISÓRIA DA PERSONALIDADE JURÍDICA (ARTS. 206 E 207) | 686 |
| 15.2.1 Dissolução de pleno direito | 687 |
| 15.2.2 Dissolução judicial | 691 |
| 15.2.3 Por decisão da autoridade administrativa competente, nos casos e na forma previstos em lei especial | 693 |
| 15.3 A LIQUIDAÇÃO (ARTS. 208 A 218) | 694 |
| 15.3.1 A liquidação pelos órgãos da companhia | 694 |
| 15.3.2 A liquidação judicial | 695 |
| 15.3.3 O liquidante. Natureza jurídica. Investidura, mandato, renúncia e destituição | 696 |
| 15.3.4 Os poderes do liquidante | 700 |
| 15.3.5 Das assembleias-gerais na fase de liquidação. Convocação. O direito de voto (art. 213) | 700 |
| 15.3.5.1 Assembleias-gerais ordinárias | 701 |
| 15.3.5.2 Assembleias-gerais extraordinárias | 701 |
| 15.3.6 O funcionamento do conselho de administração e do conselho fiscal na liquidação (art. 208, § 1º) | 702 |
| 15.3.7 O pagamento do passivo (art. 214) | 703 |
| 15.3.8 A partilha do ativo. Em espécie e em bens (art. 215) | 704 |
| 15.3.9 A prestação de contas do liquidante (art. 216) | 706 |
| 15.3.10 A responsabilidade do liquidante, dos administradores, fiscais e acionistas | 706 |
| 15.3.11 O direito do credor não satisfeito (art. 218) | 707 |
| 15.4 A EXTINÇÃO DA COMPANHIA (ART. 219) | 707 |

PARTE XI – A REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA. TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO

Capítulo 16 – A TRANSFORMAÇÃO, A INCORPORAÇÃO, A FUSÃO E A CISÃO DAS COMPANHIAS

| | |
|--|------------|
| 16.1 INTRODUÇÃO. A OPÇÃO PELO PATRIMÔNIO SEPARADO INTERNO NO DIREITO COMPARADO | 711 |
| 16.2 A TRANSFORMAÇÃO. CONCEITO E FORMA. EFEITOS (ARTS. 220 A 222) . | 712 |
| 16.2.1 Natureza jurídica. Classificações: transformação simples e constitutiva | 714 |
| 16.2.1.1 Transformação simples | 715 |
| 16.2.1.2 Transformação constitutiva | 715 |
| 16.2.2 A deliberação no sentido da transformação. As questões da unanimidade, da previsão estatutária e do direito de recesso (art. 221) | 715 |
| 16.2.3 O direito dos credores na transformação. A falência superveniente (art. 222) | 717 |
| 16.3 A INCORPORAÇÃO, A FUSÃO E A CISÃO. CONCEITO GENÉRICO. ASPECTOS GERAIS: COMPETÊNCIA E PROCESSO (ART. 223) | 717 |
| 16.4 O PROTOCOLO DA INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO. NATUREZA JURÍDICA. ACORDO PRELIMINAR ENTRE OS CONTROLADORES. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO PELA ASSEMBLEIA (ART. 224) | 719 |
| 16.5 JUSTIFICATIVA DA OPERAÇÃO (ART. 225) | 723 |
| 16.6 FORMAÇÃO DO CAPITAL (ART. 226) | 724 |
| 16.7 A INCORPORAÇÃO. CONCEITO. A AVALIAÇÃO PATRIMONIAL. PROCEDIMENTO (ART. 227) | 725 |
| 16.8 A FUSÃO. CONCEITO. PROCEDIMENTO (ART. 228) | 727 |
| 16.9 A CISÃO. CONCEITO. PROCEDIMENTO (ART. 229) | 729 |
| 16.10 DIREITO DE RETIRADA (ART. 230) | 731 |
| 16.11 DIREITOS DOS DEBENTURISTAS (ART. 231) | 731 |
| 16.12 DIREITOS DOS CREDORES NA INCORPORAÇÃO OU FUSÃO (ART. 232) ... | 732 |
| 16.13 DIREITOS DOS CREDORES NA CISÃO (ART. 233) | 733 |
| 16.13.1 Cisão com extinção da companhia cindida (cisão total) | 734 |
| 16.13.2 Cisão com subsistência da companhia cindida (cisão parcial) | 734 |
| 16.14 AVERBAÇÃO DA SUCESSÃO (ART. 234) | 734 |

PARTE XII – A SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Capítulo 17 – AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

| | | |
|---------------|--|------------|
| 17.1 | INTRODUÇÃO. BREVE ESCORÇO SOBRE SUA HISTÓRIA E IMPORTÂNCIA .. | 737 |
| 17.2 | REGIME LEGAL E NATUREZA JURÍDICA HÍBRIDA. INCLUSÃO ENTRE OS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. FISCALIZAÇÃO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS. SUJEIÇÃO PARCIAL À CVM QUANDO ABERTAS (ART. 235) | 739 |
| 17.2.1 | As sociedades de economia mista abertas (art. 235, § 1º) ... | 742 |
| 17.2.2 | As sociedades de cujo capital participarem as sociedades de economia mista (art. 235, § 2º) | 743 |
| 17.3 | CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA ORIGINAL E CRIAÇÃO DE SUBSIDIÁRIAS. AQUISIÇÃO DE CONTROLE E REEMBOLSO (ARTS. 236 E 237, § 1º) . | 743 |
| 17.4 | SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS | 745 |
| 17.5 | OBJETO SOCIAL (ART. 237; CF, ART. 173, “CAPUT”) | 745 |
| 17.6 | O ACIONISTA CONTROLADOR (ART. 238) | 746 |
| 17.7 | ADMINISTRAÇÃO. REPRESENTAÇÃO DAS MINORIAS. DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS ADMINISTRADORES (ART. 239) | 747 |
| 17.8 | CONSELHO FISCAL (ART. 240) | 747 |
| 17.9 | A FALÊNCIA E A RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA | 748 |

**PARTE XIII – AS SOCIEDADES ANÔNIMAS
E A CONCENTRAÇÃO EMPRESARIAL**

| |
|--|
| SEÇÃO I – SOCIEDADES COLIGADAS, CONTROLADORAS E CONTROLADAS |
| – A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL |
| – A ALIENAÇÃO DE CONTROLE DE COMPANHIA ABERTA |
| – OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES |
| – INCORPORAÇÃO DE COMPANHIA FECHADA |

Capítulo 18 – SOCIEDADES COLIGADAS, CONTROLADORAS E CONTROLADAS

| | | |
|-------------|---|------------|
| 18.1 | INTRODUÇÃO | 753 |
| 18.2 | INFORMAÇÕES NO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 243) | 759 |

| | |
|--|-----|
| 18.2.1 Coligadas | 760 |
| 18.2.2 Controlada | 761 |
| 18.2.3 Sociedade controladora | 761 |
| 18.2.4 Sociedades controladas e controladoras, no seu conjunto .. | 762 |
| 18.3 PARTICIPAÇÃO RECÍPROCA. PROIBIÇÃO. EXCEÇÕES. | |
| RESPONSABILIDADE (ART. 244) | 762 |
| 18.4 RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES E DAS SOCIEDADES | |
| CONTROLADORAS. AÇÃO SOCIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. | |
| PRÊMIO AO ACIONISTA AUTOR (ARTS. 245 E 246) | 764 |
| 18.5 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | |
| 18.5.1 Notas explicativas. Investimento relevante (art. 247) | 767 |
| 18.5.2 Avaliação do investimento em coligadas e controladas | |
| (art. 248) | 767 |
| 18.5.3 Demonstrações financeiras consolidadas na companhia | |
| aberta participante de grupo (art. 249) | 769 |
| 18.5.4 Normas sobre consolidação (art. 250) | 770 |
| Capítulo 19 – A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL | |
| 19.1 INTRODUÇÃO | 771 |
| 19.2 CONSTITUIÇÃO (ART. 251) | 772 |
| 19.3 INCORPORAÇÃO DE AÇÕES (ART. 252) | 773 |
| 19.4 ADMISSÃO DE ACIONISTAS EM SUBSIDIÁRIA INTEGRAL (ART. 253) | 773 |
| Capítulo 20 – A ALIENAÇÃO DE CONTROLE DE COMPANHIA ABERTA | |
| 20.1 INTRODUÇÃO | 775 |
| 20.2 REQUISITOS PARA A DIVULGAÇÃO DA ALIENAÇÃO DE COMPANHIA | |
| ABERTA. OFERTA PÚBLICA. “TAG ALONG”. CONCEITO DE | |
| “ALIENAÇÃO DE CONTROLE” (ART. 254-A) | 776 |
| 20.3 COMPANHIA ABERTA SUJEITA A AUTORIZAÇÃO (ART. 255) | 779 |
| 20.4 APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA-GERAL DA COMPRADORA. DIREITO | |
| DE RETIRADA (ART. 256) | 779 |
| 20.5 AQUISIÇÃO DE CONTROLE MEDIANTE OFERTA PÚBLICA | |

| | | |
|--------|---|-----|
| 20.5.1 | <i>Requisitos. Participação de instituição financeira garantidora. Competência da CVM (art. 257)</i> | 779 |
| 20.5.2 | <i>Instrumento de oferta de compra (art. 258)</i> | 780 |
| 20.5.3 | <i>Processamento da oferta (art. 261)</i> | 780 |
| 20.5.4 | <i>Oferta concorrente (art. 262)</i> | 781 |
| 20.5.5 | <i>Negociação dos valores mobiliários da companhia durante a oferta (art. 263)</i> | 781 |
| 20.6 | <i>INCORPORAÇÃO DE COMPANHIA CONTROLADA. FUSÃO DE COMPANHIA CONTROLADORA COM A CONTROLADA. INCORPORAÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLADA OU DE CONTROLADORA. FUSÃO E INCORPORAÇÃO DE AÇÕES DE SOCIEDADE SOB CONTROLE COMUM (ART. 264)</i> | 782 |

SEÇÃO II – O GRUPO DE SOCIEDADE E CONSÓRCIO

Capítulo 21 – GRUPO DE SOCIEDADES

| | | |
|-------|--|-----|
| 21.1 | <i>INTRODUÇÃO</i> | 784 |
| 21.2 | <i>CARACTERÍSTICAS, NATUREZA E DESIGNAÇÃO DO GRUPO (ARTS. 265 A 268)</i> | 785 |
| 21.3 | <i>CONSTITUIÇÃO, REGISTRO E PUBLICIDADE (ART. 269)</i> | 787 |
| 21.4 | <i>APROVAÇÃO DA CONVENÇÃO DE GRUPO PELOS SÓCIOS DAS SOCIEDADES PARTICIPANTES (ART. 270)</i> | 787 |
| 21.5 | <i>REGISTRO E PUBLICIDADE (ART. 271)</i> | 787 |
| 21.6 | <i>ADMINISTRAÇÃO DO GRUPO (ART. 272)</i> | 788 |
| 21.7 | <i>OS ADMINISTRADORES DAS SOCIEDADES FILIADAS (ART. 273)</i> | 789 |
| 21.8 | <i>REMUNERAÇÃO NO GRUPO DE SOCIEDADES (ART. 274)</i> | 790 |
| 21.9 | <i>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ART. 275)</i> | 790 |
| 21.10 | <i>OBRIGAÇÕES E DIREITOS NAS RELAÇÕES ENTRE AS SOCIEDADES PARTICIPANTES DE GRUPO. PREJUÍZOS RESULTANTES DE ATOS CONTRÁRIOS À CONVENÇÃO DE GRUPO (ART. 276)</i> | 791 |
| 21.11 | <i>CONSELHO FISCAL DAS FILIADAS. COMPETÊNCIA EXTERNA À SOCIEDADE DE QUE FAZ PARTE (ART. 277)</i> | 792 |

Capítulo 22 – O CONSÓRCIO

| | | |
|------|---|-----|
| 22.1 | <i>FUNÇÃO. CARACTERÍSTICAS GERAIS E NATUREZA JURÍDICA. SEPARAÇÃO PATRIMONIAL (ART. 278)</i> | 793 |
|------|---|-----|



| | |
|--|------------|
| 22.2 CONSTITUIÇÃO E REGULARIDADE (ART. 279) | 795 |
|--|------------|

PARTE XIV – PRAZOS DE PRESCRIÇÃO

Capítulo 23 – Os PRAZOS DE PRESCRIÇÃO NA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

| | |
|---|------------|
| 23.1 INTRODUÇÃO | 799 |
| 23.2 RELAÇÃO DOS PRAZOS DE PRESCRIÇÃO DA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES E COMENTÁRIOS A SEU RESPEITO (ARTS. 285 A 288) | |
| 23.2.1 <i>Anulação da constituição da companhia por vício ou defeito ..</i> | 800 |
| 23.2.2 <i>Anulação das deliberações tomadas em assembleia-geral ou especial irregularmente convocada ou instalada, com violação da lei ou do estatuto, ou eivada de erro, dolo, fraude ou simulação</i> | 800 |
| 23.2.3 <i>Casos de prescrição de um ano</i> | 800 |
| 23.2.4 <i>Casos de prescrição de três anos</i> | 800 |
| 23.3 PRAZOS APLICÁVEIS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 (ART. 206) | 801 |

PARTE XV – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Capítulo 24 – PUBLICAÇÕES, INDENIZAÇÕES POR PERDAS E DANOS, REGRAS ESPECIAIS PARA A PEQUENA COMPANHIA FECHADA, DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

| | |
|---|------------|
| 24.1 INTRODUÇÃO | 805 |
| 24.2 PUBLICAÇÕES | 805 |
| 24.3 CORREÇÃO MONETÁRIA DAS INDENIZAÇÕES POR PERDAS E DANOS (ART. 290) | 806 |
| 24.4 REGRAS ESPECIAIS PARA A PEQUENA COMPANHIA FECHADA (ART. 294) | 807 |
| 24.5 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS (ARTS. 295 A 299) | 807 |

PARTE XVI – PROPOSIÇÕES

Capítulo 25 – APERFEIÇOAMENTO DO DIREITO SOCIETÁRIO BRASILEIRO

| | |
|--|-----|
| <i>25.1 NECESSIDADE DE MUDANÇAS LEGISLATIVAS E DA VISÃO DO OPERADOR DO DIREITO SOCIETÁRIO</i> | 811 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| <i>25.2 A SOCIEDADE ANÔNIMA SIMPLIFICADA DO DIREITO FRANCÊS</i> | 812 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| <i>Conclusões – O DESTINO DA COMPANHIA FECHADA NO DIREITO BRASILEIRO</i> | 815 |
|---|-----|

| | |
|----------------------------------|-----|
| <i>Bibliografia</i> | 817 |
|----------------------------------|-----|